

---

# **A Transação Tributária no Brasil** supremacia do interesse público e a liquidação do crédito tributário

---



**Presidente:** Jorge Santos Carneiro

**Diretor Executivo:** Alexandre Wyllie

**Gerente de Planejamento de Educação:** Viviane Caravieri Sant'Ana

**Editora:** Viviane Caravieri Sant'Ana

**Analista de Planejamento de Educação:** Valéria Bertuci Saletti

**Gerente de Desenvolvimento de Educação:** Taíse Araújo Meirelles

**Supervisora de Desenvolvimento de Educação:** Michelli Bandelli

**Assistente de Desenvolvimento de Educação:** Pamela Sousa

**Editoração Eletrônica:** Linotec

**Capa:** Bruno Alencar

**Revisão:** Linotec

Edição concluída em JUNHO de 2017

Publicado e comercializado por  
IOB Informações Objetivas Publicações Jurídicas Ltda.

Telefone: 0800 724 7777

E-mail: [livraria@sage.com.br](mailto:livraria@sage.com.br)

Rua Antônio Nagib Ibrahim, 350 - Água Branca - CEP 05036-060 - São Paulo - SP  
Fone: (11) 2188-7900

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Parisi, Fernanda Drummond

A transação tributária no Brasil : supremacia do interesse público e a liquidação do crédito tributário / Fernanda Drummond Parisi. -- 1. ed. -- São Paulo : IOB SAGE, 2017.

Bibliografia

ISBN: 978-85-379-3010-6

1. Crédito tributário 2. Direito tributário - Brasil 3. Interesse público - Brasil 4. Transação (Direito) 5. Transação (Direito) - Brasil I. Título.

17-05221

CDU-34:336.2(81)

**Índice para catálogo sistemático:**

1. Brasil : Direito tributário 34:336.2(81)

---

## Sumário

---

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	17
<b>CAPÍTULO 1 - O TRIBUTO COMO RECEITA DERIVADA: FUNÇÃO DE ABASTECIMENTO DOS COFRES PÚBLICOS</b> .....	27
<b>CAPÍTULO 2 - A INDISPONIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO ...</b>	39
2.1. FUNDAMENTO NORMATIVO E AXIOLÓGICO DA INDISPONIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO .....	39
2.2. A INSUBSISTÊNCIA DO DOGMA: RELATIVIDADE DA INDISPONIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO .....	44
2.3. A INDISPONIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO E SUA RELAÇÃO COM A COMPETÊNCIA LEGISLATIVA TRIBUTÁRIA	48
2.4. A INDISPONIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO E SUA RELAÇÃO COM A ISENÇÃO, BENEFÍCIOS FISCAIS, ANISTIA E REMISSÃO .....	53
<b>CAPÍTULO 3 - PRINCÍPIO DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO: QUESTÕES CONCEITUAIS</b> .....	67
3.1. BREVES NOTAS SOBRE OS PRINCÍPIOS .....	67
3.2. PILARES DO PRINCÍPIO DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO .....	71
3.3. INTERESSE PÚBLICO PRIMÁRIO E SECUNDÁRIO .....	82

<b>CAPÍTULO 4 - PRINCÍPIO DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO: UMA NOVA CONCEPÇÃO .....</b>	<b>85</b>
4.1. O CONCEITO CONTEMPORÂNEO DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO .....	85
4.2. O CONSENSUALISMO NO DIREITO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO .....	91
4.2.1. O consensualismo como diretriz a ser seguida nos termos do Novo Código de Processo Civil .....	98
4.3. A EFICIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA .....	101
4.3.1. A Administração Pública eficiente e os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade .....	107
4.3.2. A eficiência da Administração Tributária .....	114
<b>CAPÍTULO 5 - DA VIABILIDADE DA TRANSAÇÃO TRIBUTÁRIA.....</b>	<b>121</b>
5.1. A HARMONIOSA RELAÇÃO ENTRE A SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO E A TRANSAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	121
5.2. A TRANSAÇÃO TRIBUTÁRIA E A INDISPONIBILIDADE DO INTERESSE PÚBLICO .....	124
5.2.1. A transação tributária como garantidora da indisponibilidade de parte do crédito tributário.....	129
5.3. A TRANSAÇÃO TRIBUTÁRIA E MORALIDADE E IMPESSOALIDADE DO AGENTE PÚBLICO.....	131
<b>CAPÍTULO 6 - A TRANSAÇÃO TRIBUTÁRIA NO BRASIL .....</b>	<b>137</b>
6.1. NATUREZA JURÍDICA DA TRANSAÇÃO .....	137
6.1.1. Transação como contrato ou como ato administrativo ...	141
6.1.2. Transação como causa extintiva do crédito tributário.....	148
6.2. ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DA RELAÇÃO TRANSACIONAL .....	155
6.2.1. O conflito a ser dirimido.....	156
6.2.2. Intenção de encerrar o conflito .....	158
6.2.3. Concessões recíprocas .....	160
6.2.4. O termo de transação.....	162
6.2.5. A lei disciplinadora da transação.....	163

<b>CAPÍTULO 7 - O PROJETO DE LEI GERAL DE TRANSAÇÃO TRIBUTÁRIA Nº 5.082/2009 .....</b>	<b>167</b>
7.1. BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROJETO DE LEI GERAL DE TRANSAÇÃO TRIBUTÁRIA Nº 5.082/2009 .....	167
7.1.1. Procedimento da transação .....	169
7.1.2. Modalidades de transação previstas no PL .....	170
7.1.2.1. Transação em processo judicial .....	171
7.1.2.2. Transação em insolvência civil, recuperação judicial e falência .....	172
7.1.2.3. Transação por recuperação tributária .....	174
7.1.2.4. Transação administrativa por adesão .....	175
7.2. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES CRÍTICAS AO PROJETO DE LEI. ....	176
 <b>CAPÍTULO 8 - CONSIDERAÇÕES SOBRE A LEGISLAÇÃO ESPARSA ...</b>	<b>181</b>
8.1. LEGISLAÇÃO ESPARSA DOS ESTADOS E A TRANSAÇÃO TRIBUTÁRIA ENVOLVENDO O ICMS.....	181
8.2. LEGISLAÇÃO ESPARSA DOS ESTADOS VERSANDO SOBRE A TRANSAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	183
8.2.1. Lei do Estado do Rio Grande do Sul.....	183
8.2.2. Lei do Estado de Minas Gerais .....	184
8.2.3. Lei do Estado de Pernambuco.....	185
8.2.4. Lei do Município do Rio de Janeiro .....	186
 <b>CAPÍTULO 9 - APONTAMENTOS SOBRE A TRANSAÇÃO TRIBUTÁRIA ESTADUNIDENSE.....</b>	<b>189</b>
9.1. A TRANSAÇÃO TRIBUTÁRIA NOUTROS PAÍSES .....	189
9.2. A TRANSAÇÃO TRIBUTÁRIA NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA.....	190
 <b>CONCLUSÕES .....</b>	<b>197</b>
 <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>203</b>